

União perde 20% da arrecadação com reforma tributária

ANDREW GREENLEES
Da Sucursal de Brasília



Estados e municípios deverão chegar ao final da semana financeiramente mais fortes. A decisão dependerá do plenário do Congresso constituinte, que votará o capítulo do Sistema Tributário Nacional. Aprovados os textos da Comissão de Sistematização e do Centrão (praticamente iguais), a União transferirá a Estados e municípios, nos próximos cinco anos, 20% do total de sua arrecadação tributária.

O governo federal ainda não se mobilizou para evitar a redução de seus recursos. "Esta ação está sendo muito anunciada, mas pouco coordenada", afirma o deputado José Lins (PFL-CE), do Centrão. O aspecto regional, por exemplo, dificulta os planos do governo federal. Constituintes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste que fazem parte da base de sustentação de Sarney têm, por outro lado, interesse em aprovar a redistribuição, já que suas regiões mantêm, segundo os textos, a atual participação elevada no "bolo" da arrecadação.

As propostas elevam de 33% para 47% do total do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) o repasse da União. O Fundo de Participação dos Estados receberá 21,5% da arrecadação (hoje são 14%); o Fundo de Participação dos Municípios passa a ter direito a 22,5% do total (atualmente são 17%); e o Fundo Especial destinado ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste sobe dos atuais 2% para 3%. No caso de Estados e municípios, a verba é distribuída de forma inversamente proporcional à renda per capita. As regiões mais pobres, desta forma, recebem cerca de 70% dos repasses.

"A perda da União é significativa e somente será contrabalançada com a descentralização de encargos e funções", diz o deputado José Serra (PMDB-SP), um dos mais envolvidos na questão. O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) considera infundados os argumentos de que o governo federal quebrará com a reforma. "Na verdade, o que se perde é poder político da União para distribuir verbas da forma que quiser", afirma Dornelles.

ICM

No Congresso, espera-se que o governo centre esforços em evitar a incorporação de cinco impostos federais ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), cobrado pe-

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS
(Quanto fica para cada Unidade da Federação de cada Cz\$ 1 arrecadado no IR e IPI, em cruzados)

Estados e regiões	Pelo atual mecanismo (1987)	Pelo projeto de Constituição
Região Norte *	1,85	2,63
Região Nordeste *	1,39	1,98
Maranhão *	8,70	12,40
Ceará *	1,48	2,10
Rio G. do Norte *	3,44	4,90
Paraíba *	3,98	5,67
Região Centro-Oeste	0,35	0,50
Região Sudeste	0,07	0,10
Minas Gerais	0,29	0,41
Rio de Janeiro	0,04	0,06
São Paulo	0,04	0,06
Região Sul	0,24	0,34
Santa Catarina	0,32	0,46
Rio Grande do Sul	0,18	0,26

*A superação do repasse se deve à transferência da arrecadação de outras Unidades

los Estados. As taxas que serão transferidas incidem sobre energia elétrica, minerais, combustíveis e lubrificantes, transportes e comunicações.

O projeto vai além: permite que cada Estado fixe a alíquota do imposto, de acordo com o produto. Assim, mercadorias de primeira necessidade, como alimentos básicos, poderiam recolher imposto menor. Atualmente, a alíquota do ICM é única. Caberá ao Senado Federal estipular o valor mínimo do tributo, para evitar "guerras tarifárias" entre os Estados.

Os textos da Sistematização e do Centrão trazem outras inovações. Em primeiro lugar, o contribuinte não será surpreendido por "empresários compulsórios" decretados pelo governo. Qualquer medida desta natureza deverá ser aprovada pela maioria absoluta do Congresso. Apenas no caso de guerra o governo poderá instituir taxas novas.

O IR também se torna mais abrangente. Passam a ser tributáveis os "proventos de qualquer natureza". Na prática, isto fará com que parlamentares, magistrados e militares paguem imposto sobre a totalidade de seus rendimentos e não apenas a parte fixa, como ocorre atualmente.

Está previsto ainda o imposto sobre "grandes fortunas", que será definido em lei. A proposta tem apoio de grande parte do plenário, mas foram apresentadas emendas supressivas. Os Estados poderão tributar as heranças, com alíquotas fixadas pelas Assembléias Legislativas. Fica ainda mantida a cobrança, pelos municípios, do Imposto sobre Serviços (ISS).

Uma inovação: o projeto prevê a obrigatoriedade de que todos os produtos industriais deverão indi-

DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Período	União	Estados	Municípios
Em 1965	39%	48%	12%
Em 1987	46%	36%	12%
Projeto de Constituição	42%	42%	16%

car, além do preço final, o valor e a discriminação dos tributos.

Isenções

Um dos principais pontos polêmicos será o das isenções. Pelo texto, não pagarão impostos os "templos de qualquer culto", partidos, sindicatos de trabalhadores e entidades sociais sem fins lucrativos. Serra assinala, porém, que a isenção atinge exclusivamente as atividades específicas da organização. Uma emenda do deputado Victor Faccioni (PDS-RS) pretende incluir esta lista às entidades de previdência privada (que recolhem mensalidades de seus associados para, posteriormente, revertê-las em forma de aposentadorias). "Isto só será aprovado se os conservadores se unirem", acredita o deputado César Maia (PDT-RJ).

Outro aspecto que poderá criar discussão é o adicional do IR. O texto prevê a possibilidade de os Estados cobrarem até 5% do imposto devido sobre "rendimentos de capital" de pessoas jurídicas para somar estes recursos à arrecadação estadual. Os nordestinos fazem restrições a esta medida. Argumentam que poderá criar conflitos tributários com as verbas destinadas aos fundos de participação, dos quais o Nordeste tem ampla porcentagem.



Os deputados Serra e Dornelles que comandaram a elaboração da proposta de reforma tributária

Governadores apóiam texto da Sistematização

Das Sucursais e Correspondentes

Os governadores dos Estados que-rem que o texto sobre o Sistema Tributário aprovado pela Comissão de Sistematização, seja mantido pelo plenário do Congresso constituinte. Pelo projeto, Estados e municípios teriam uma maior participação na repasse da arrecadação pela União.

O governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco afirmou na noite de quinta-feira e reafirmou na manhã de sexta que considera "fundamental a manutenção integral do texto da Sistematização que trata da distribuição da arrecadação tributária" entre Estados e municípios. Ele disse que este foi um dos temas da reunião que manteve quinta-feira em Brasília com sua bancada, e apelou para que mantenham uma "posição fechada" em defesa do texto.

O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, defende o projeto da Sistematização, mas considera que ele é uma base razoável, podendo ser melhorada. A preocupação de Newton é com a incidência e competência dos impostos. Ele não abre mão da transformação do Imposto Único sobre Minerais (IUM) em Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), aprovada pela Sistematização. O IUM é cobrado pela União e repassado ao Estado. O governo mineiro considera essa tributação pouco expressiva e pretende assumir a competência sobre ela, através do ICM.

O governador Miguel Arraes, de Pernambuco, acha que caso a Constituinte aceite as pressões do governo federal e não confirme o texto da Sistematização, este fato se transformará num ponto de conflito entre os Estados nordestinos e o governo federal. Ele está empenhado pessoalmente em defender a aprovação do texto que favorece a reforma tributária, considerando-o inclusive tecnicamente bem feito.

O governo do Paraná começa a distribuir segunda-feira, entre os constituintes, a cartilha "Constituinte: Reforma Tributária", em que apresenta seu apoio ao projeto da Sistematização, com pequenas sugestões de modificação. O governador Alvaro Dias disse que defende a reforma como forma de se implantar um "autêntico federalismo".

O governador de Santa Catarina, Pedro Ivo Campos, afirmou ontem considerar "bom" o texto, mas acha que os maiores beneficiados são os municípios. Ele vai mandar seu secretário da Fazenda a Brasília para orientar toda a bancada federal, não só do PMDB.

O texto da Sistematização também conta com o apoio do governador do Pará, Hélio Gueiros. Ele disse que está permanente em contato com a bancada paraense. Determinou ao ex-ministro da Reforma Agrária Nelson Ribeiro, seu emissário a Brasília e atual secretário de Indústria e Comércio e Mineração, fazer articulações no sentido da aprovação desse texto.

O projeto a ser votado "foi o

máximo que se conseguiu" em relação às reivindicações dos Estados, afirmou o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon. Mesmo não sendo o ideal, disse, o governo federal chegou a se mobilizar para fazer pressão contra o projeto.

Segundo a coordenação de Comunicação Social da Bahia, o governador do Estado, Waldir Pires acha que "não há sentido na continuidade desse sistema de centralização de recursos, em vigor há 20 anos."

"É o mínimo que tem que ser aprovado", disse o governador de Mato Grosso, Carlos Bezerra. Para Bezerra, os recursos destinados a Estados e municípios conforme a proposta ainda são poucos e defende que a questão continue sendo discutida após a aprovação da nova Constituição.

O governador do Piauí, Alberto Silva, disse ontem que concorda com o projeto da Sistematização, pois permite "a autonomia financeiras dos Estados e municípios brasileiros". Ele afirmou que não tentou influenciar a bancada do PMDB e PDS "porque todos concordam com essa autonomia".

O governador de Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda, afirmou que sua bancada trabalhará, a seu pedido, na preservação do projeto da Sistematização. "Não acredito em nenhuma espécie de confronto com o Palácio do Planalto porque além de aumentar a participação financeira dos Estados no bolo arrecadado pela União o governo federal transferirá atribuições e responsabilidades."